



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0002022-55.2018.8.26.0566 - 2018/000509**
 Classe - Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 035/2018 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos, 221/2018 - 4º Distrito Policial de São Carlos, 55/2018 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos**
 Réu: **ANDERSON ROSA e outro**
 Data da Audiência: **28/08/2018**

Justiça Gratuita

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **ANDERSON ROSA e WISLEY RAFAEL DA SILVA**, realizada no dia 28 de agosto de 2018, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença dos acusados, acompanhados do Defensor Público **DR. JOEMAR RODRIGO FREITAS**. Iniciados os trabalhos, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foi inquirida a testemunha **FERNANDO CESAR DOS SANTOS GIGANTE**. Por fim, foram realizados os interrogatórios dos acusados, nessa ordem, para assegurar a ampla defesa (*Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). As partes desistiram das demais oitivas, o que foi homologado pelo MM Juiz. Após, não havendo outras provas a serem produzidas, o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais, os quais foram realizados em mídia digital (*Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. ANDERSON ROSA e WISLEY RAFAEL DA SILVA**, qualificados, foram denunciados como incurso no artigo 33, caput, da Lei 11.343/06. Os réus foram citados e ofereceram resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a procedência nos termos da denúncia, com fixação de pena no mínimo legal e reconhecimento do privilégio. A defesa requereu a fixação de pena no mínimo legal e reconhecimento do privilégio, com fixação do regime aberto e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. **É o relatório. DECIDO.** Os acusados confessaram em juízo a prática dos fatos narrados na denúncia. Os demais elementos de convicção que constam do processo confirmam amplamente a confissão, atendendo ao disposto ao artigo 197, do CPP. Procede a acusação. Passo a fixar a pena. 1) Para o corréu Wisley, fixo a pena base no mínimo legal de 5 anos de reclusão e 500 dias-multa. Vislumbro presentes os elementos que autorizam reconhecer a forma privilegiada e reduz a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

pena de 2/3 perfazendo o total de 1 ano e 8 meses de reclusão e 166 dias-multa. Considerando a quantidade e a natureza da droga, estabeleço o regime aberto para início do cumprimento de pena, todavia sem direito à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, nem *sursis*. 2) Para o corréu Anderson, fixo a pena base no mínimo legal de 5 anos de reclusão e 500 dias-multa. Vislumbro presentes os elementos que autorizam reconhecer a forma privilegiada e reduzo a pena de 1/3 perfazendo o total de 03 anos e 04 meses de reclusão e 333 dias-multa, tendo em vista a maior quantidade de droga apreendida em seu poder. Considerando a quantidade e a natureza da droga, estabeleço o regime aberto para início do cumprimento de pena, todavia sem direito à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Para ambos os réus, estabeleço o valor do dia-multa no mínimo legal. Ante o exposto, julgo procedente o pedido contido na denúncia condenando-se 1) o réu **WISLEY RAFAEL DA SILVA** à pena de 01 ano e 08 meses de reclusão em regime aberto e 166 dias-multa e; 2) ao réu **ANDERSON ROSA** à pena de 03 anos e 04 meses de reclusão em regime aberto e 333 dias-multa; ambos por infração ao artigo 33, §4º, da Lei 11.343/06. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. **Pelos acusados foi manifestado o desejo de não recorrerem da presente decisão.** Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **Claudio do Prado Amaral**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Promotor:

Acusados:

Defensor Público: